

CONTRATO – PROGRAMA

11. APOIO FINANCEIRO – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Da **Vice-presidente Sameiro Araújo**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, nos termos enunciados no artigo 23º, nº 1 e 2, alínea f) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar entre o **Município de Braga** e **LAC – Liga de Aerodelismo do Cávado**, no valor de **1.580,80€**.

Nº Informação: 38088

Data: 14/07/2022

À *~* *d* *E* *Stu*
22/11/27
[Signature]

Assunto: Pedido de Apoio Financeiro – Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

A **LAC- Liga de Aerodelismo do Cávado**, pessoa coletiva n.º 504 598 600, com sede no Caminho da Pista de Aerodelismo nº 346, Palmeira 4700-500, com o RECAM 349/2019, solicita ao Município de Braga um apoio financeiro para as viagens de dois associados, no valor de **1.580,80€** (mil quinhentos e oitenta euros e oitenta cêntimos).

O presente apoio financeiro enquadra-se no âmbito das atribuições municipais, enunciadas no Artigo 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente nos domínios dos tempos livres e desporto (Artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea f)), enquadrando-se ainda no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, "b) Os planos de acção específica destinados a promover e divulgar a actividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;"

O presente apoio financeiro, visa apoiar com 40% do valor total das viagens do associado _____ que se qualificou para a Seleção Nacional da classe F5J de Aerodelismo, representando Portugal, a FPAm, a LAC e a cidade de Braga, no Europeu, no passado mês de Agosto na Hungria e do associado _____ que foi selecionado para representar Portugal, a LAC e a cidade de Braga na FCFC French Extreme Flight Championship em França, prova essa que é considerada a maior prova de Freestyle do Mundo, tendo apenas um único piloto português.

Assim, considerando todos os elementos constantes do pedido, bem como a presente apreciação que deles é realizada, julgo ser do interesse do Município equacionar a hipótese de celebração de um contrato-programa, com a **LAC- Liga de Aerodelismo do Cávado**, pessoa coletiva n.º 504 598 600, com sede no Caminho da Pista de Aerodelismo nº 346, Palmeira 4700-500, no valor de **1.580,80€** (mil quinhentos e oitenta euros e oitenta cêntimos).

À consideração superior,

A Técnica,

A Chefe de Divisão,

A Vice-Presidente,

MINUTA - ADITAMENTO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Primeiro Outorgante: Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, em representação do Município de Braga, na qualidade de Presidente da respetiva Câmara Municipal, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, adiante designada apenas por **MUNICÍPIO**;

Segundo Outorgante: _____ em representação do **LAC- Liga de Aeromodelismo do Cávado**, na qualidade de Presidente da Direção, contribuinte fiscal n.º 504 598 600, com sede no Caminho da Pista de Aeromodelismo nº 346, 4700-500, da Freguesia de Palmeira, da cidade de Braga, adiante designada abreviadamente por **ENTIDADE**;

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007 – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua redação atual e com o previsto no título II da parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Atribuição de Apoios ao Desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

(Objeto)

Constitui objeto do presente contrato o apoio de com 40% do valor total das viagens do associado que se qualificou para a Seleção Nacional da classe F5J de Aeromodelismo, representando Portugal, a FPAm, a LAC e a cidade de Braga, no Europeu, no passado mês de Agosto na Hungria e do associado _____ que foi selecionado para representar Portugal, a LAC e a cidade de Braga na FCFC French Extreme Flight Championship em França, prova essa que é considerada a maior prova de Freestyle do Mundo, tendo apenas um único piloto português.

Cláusula 2.ª

(Obrigações da ENTIDADE)

1. Por força do presente contrato-programa, constituem obrigações da **ENTIDADE**:
 - a) A **ENTIDADE** obriga-se a propor ao **MUNICÍPIO** as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do art.º 15º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro;

- b) A **ENTIDADE** enviará os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato-programa, até término do contrato;
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Concluída a realização do contrato-programa a **ENTIDADE** enviará ao **MUNICÍPIO** um relatório final sobre a execução do mesmo;
- e) A **ENTIDADE** obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “**Contrato-Programa com MUNICÍPIO de BRAGA**” – e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes;
- f) Aplicar e administrar corretamente o apoio financeiro tendo em conta o objeto do presente contrato;
- g) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- h) Assegurar que a qualificação dos treinadores a lecionar as aulas tem de estar de acordo com a lei em vigor;
- i) Publicitar o projeto, objeto do contrato-programa, fazendo referência ao apoio do **MUNICÍPIO**, através da menção expressa, “**Com o apoio do Município de Braga**” e, alusão do respetivo logotipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- j) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato;
- k) Participar, sempre que possível, nas atividades promovidas pelo **MUNICÍPIO**.

Cláusula 3.^a

(Obrigações do MUNICÍPIO/ participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo mencionado na Cláusula Primeira, o **MUNICÍPIO** compromete-se a prestar apoio financeiro à **ENTIDADE**, através da atribuição de um subsídio no montante de **1.580,80€ (mil quinhentos e oitenta euros e oitenta cêntimos)**.
2. A verba referida no número anterior será libertada a 100%.

3. Cláusula 4.^a

(Afetação da verba)

A verba atribuída no âmbito do presente contrato-programa é obrigatoriamente afeta à prossecução dos fins a que se destina, não podendo a **ENTIDADE** utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata deste contrato, por parte do **MUNICÍPIO**.

Cláusula 5.^a

(Acompanhamento e controlo do Contrato-Programa)

O acompanhamento e controlo deste Contrato-Programa são feitos pelo **MUNICÍPIO**, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.

Cláusula 6.^a

(Vigência)

Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte o período de vigência deste contrato-programa decorre desde a data da sua assinatura até 31 de julho 2023 (Época Desportiva 2022/2023 com início em 01.08.2022).

Cláusula 7.^a

(Revisão do contrato-programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do **MUNICÍPIO**, a prestar por escrito.

Cláusula 8.^a

(Rescisão Unilateral)

1. O presente Contrato-Programa pode, a todo o tempo, ser unilateralmente rescindido pelo **MUNICÍPIO**, caso a **ENTIDADE** deixe de cumprir as obrigações que aqui assume e bem assim de entregar, atempadamente, os documentos que lhe sejam solicitados pelo **MUNICÍPIO** no decurso da execução deste contrato.

2. O Contrato-Programa pode ainda cessar quando estiver concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto; quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se tome objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais; quando, no prazo estipulado pela entidade concedente, não for apresentado consentimento expreso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente.

Cláusula 9.^a

(Contencioso do contrato)

Os litígios emergentes da execução do presente contrato, ou com ele relacionados, serão dirimidos nos termos estabelecidos no artigo 31.º do aludido Decreto-Lei n.º 273/2009, nos termos do regulamento de Processo de Arbitragem voluntária do Tribunal do Desporto, por um ou mais árbitros nomeadamente nos termos da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto.

Celebrado em _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada um dos outorgantes

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Ricardo Rio)